

O AMANTE ADOTADO: CHIQUINHA E JOÃOZINHO, COMPOSIÇÃO ALÉM DA MÚSICA

Rafael do Nascimento Cesar

Resumo: Este trabalho parte do relacionamento intergeracional entre a compositora Chiquinha Gonzaga e João Batista Fernandes Lage, seu último companheiro afetivo e filho adotivo, com o intuito de investigar as negociações simbólicas realizadas por ambos perante a sociedade carioca no início do século XX. Com medo de que tal atitude pusesse em xeque o prestígio de uma carreira já consolidada, Chiquinha Gonzaga, aos 52 anos, adota seu companheiro, de 16, que passa a se chamar João Batista Gonzaga. Tendo como foco as intersecções entre marcadores de diferença como gênero, classe social e idade, busca-se analisar como certos papéis sociais femininos (a esposa e a mãe, por exemplo) marcam ao mesmo tempo em que estão marcados pelo processo histórico de cronologização da vida, no qual se encontram as formas socialmente legítimas de constituição do corpo e da sexualidade. Neste sentido, o caso de Chiquinha Gonzaga e João Batista é interessante na medida em que problematiza essas construções.

Palavras-chave: Chiquinha Gonzaga. Gênero. Sexualidade. Relações intergeracionais.

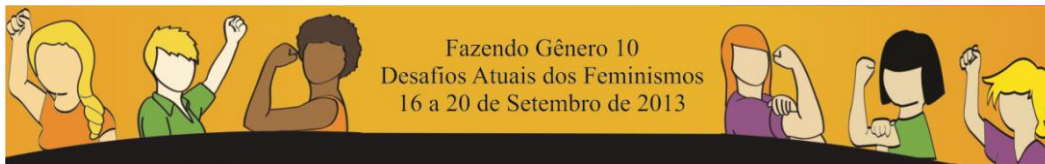
“Joãozinho”

*“nem toda hora
é obra
nem toda obra
é prima
algumas são mães
outras irmãs
algumas
clima”*

(Paulo Leminski)

A morte veio como um acalanto, um fim muitas vezes antecipado e desejado. “Que venha Meu Deus”, escrevia Chiquinha Gonzaga em carta endereçada a seus filhos, datada de 16 de janeiro de 1920. “Amanhã faz 35 anos que luto com a minha triste vida de trabalho, e injustiça. Adeus!” (DINIZ, 2009, p.258). Em seu apartamento na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, a velha maestrina fechava-se, aos poucos, em um cotidiano de som e solidão. Embora lhe restasse ainda mais 15 anos, o balanço de sua trajetória, sumarizado em algumas linhas, revela-lhe um saldo negativo e irremediável, cuja única forma de reconciliação estaria dada pelo horizonte do imaginário católico, que vê no padecimento do corpo a libertação da alma.

Quais motivos teria ela para querer a própria morte, ainda mais quando tal apelo ia contra sua conduta religiosa rigorosa? Àquela altura de vida, Chiquinha Gonzaga gozava de um



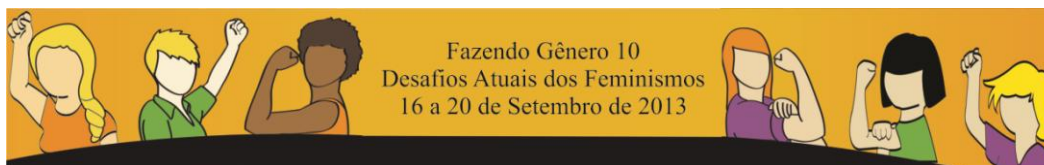
reconhecimento que atingia transversalmente as classes sociais cariocas. Pianeira¹ e compositora, tocando tangos, maxixes e modinhas fosse nas “desaparecidas salas-de-espera dos cinemas” (ANDRADE, 1963, p.329) ou na festa de posse de Hermes da Fonseca, no Palácio do Catete, a pedido da primeira dama e caricaturista Nair de Teffé, Francisca Gonzaga adquiria o *status* simbólico de uma artista profissional. *Chiquinha*: seu nome tornava-se renome (PONTES, 2010).

No entanto, à parte as benesses materiais e imateriais de sua exitosa carreira, suas relações familiares foram marcadas por fortes rupturas e decepções. Dos filhos que teve com seus dois companheiros – Jacinto, com quem foi casada, e João Baptista – apenas João Gualberto ainda mantinha algum contato genuinamente “desinteressado” com a mãe. Alice e Maria, impelidas por necessidades financeiras, recorrem a Chiquinha algumas vezes, e esta acaba por lhes negar ajuda definitivamente; Hilário era sapateiro e vivia com o pai, Jacinto, em situação humilde, mas orgulhosa a ponto de manter distância. Essa situação, atravessada por ressentimento e desencontro, é entrevista de forma bastante sutil na carta, indicando, por um lado, o incômodo que causava a Chiquinha e, por outro, a dificuldade que havia em discuti-la: “[...] que meus filhos não me ponham luto – peço isso de joelhos – tenho horror ao luto e à hipocrisia” (DINIZ, *idem*, *ibidem*). Hipócritas, portanto, aqueles que se pusessem a lamentar a morte de uma mãe com quem estiveram longe de ter as relações de amor e afeto idealizadas – talvez até demais – que nos parecem “familiares”.

Ainda assim, resta uma última personagem: Joãozinho, ou João Batista Gonzaga. Nas biografias de Mariza Lira e Geysa Bôscoli, respectivamente de 1939 e 1967, tal nome figura pouquíssimas vezes, e em nenhuma delas sua filiação é esclarecida. E parece que o mistério que circundava, nos textos, esta figura quase partenogenética era o reflexo, na vida, da discrição de Chiquinha acerca de sua intimidade e de uma relação igualmente pouco explicada para seus pares. “Ninguém ousava no entanto fazer indagações e desvendar sua vida privada” (DINIZ, 1984, p.151). Mas até sua morte, em 1935, a história foi recontada pelas suas migalhas: um filho, aparentemente sem pai, nascido da célebre maestrina de uma gravidez aparentemente sem testemunhas. Migalhas que por muito tempo asseguraram a incolumidade de dois amantes cuja diferença de idade não era apenas 36 anos. Era muito mais que isso.

Mas assumir a complexidade de algo não é torná-lo mais simples. Assim, este artigo se dá numa sondagem deste “mais”; nele, procuro entender de que forma a assunção dessa dupla relação entre a compositora senhora e o jovem rapaz implica numa negociação que é, ao mesmo tempo,

¹ Alcinha dada àqueles que, ao piano, dedicavam-se a tocar gêneros populares. Usado de forma desdenhosa pelos profissionais da música erudita, o nome também denotava ausência de conhecimentos da linguagem e teoria musicais, fato que nem sempre se confirmava, como no caso da própria Chiquinha.

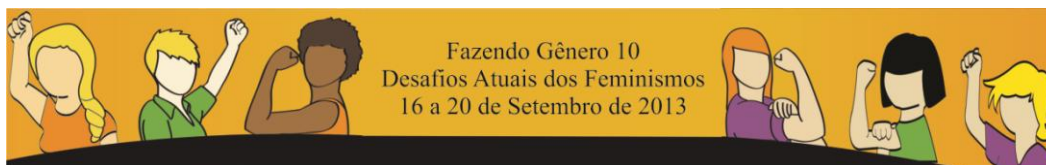


prática e simbólica. A tentativa, bem sucedida, de ocultamento do relacionamento erótico através da explicitação, também exitosa, do relacionamento materno, colocou-se como estratégia possível entre duas pessoas inseridas num contexto sociocultural cuja moral sexual dominante ia contra tal tipo de união. Obviamente, não ia contra as relações intergeracionais nas quais senhores austeros e decrépitos desposavam jovens mocinhas. Mas alguém como Chiquinha Gonzaga, aos 52 anos, aparecer publicamente de braços dados com um mancebo de 16, não seria apenas um escândalo. A maestrina tinha muito a perder.

De fato, essa faceta da relação entre os dois só aparece publicamente na obra de Edinha Diniz *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*, biógrafa cujo trabalho é reconhecido devido à mobilização de grande volume de documentos até então inéditos. No entanto, a descoberta não veio por escrito, e sim pela fala, em tom de segredo. “A primeira pessoa a me contar que Joãozinho era amante e não filho de Chiquinha foi Raimundo Magalhães Júnior, presidente da SBAT à época da minha pesquisa na entidade [1977]” (DINIZ, 2009, p.292). Tal confidência, transmitida à boca pequena por poucas pessoas, e negada por muitas, deu a Diniz um leve indício que mais tarde seria confirmado pela segunda esposa de João Batista [Fernandes Lage], Amélia Amorim Gonzaga.

Esse percurso é descrito pela pesquisadora em uma nota ao fim do livro, o que só corrobora a autenticidade do segredo e a força de seu sentido. Não quero, porém, percorrê-lo mais uma vez a fim de perscrutar o que talvez tenha se perdido pelo caminho. Meu intuito é, a partir da assunção tanto da dupla relação de Chiquinha e João quanto do cuidado envolvido nesse acordo, investigar a possibilidade de ação dentro de um arranjo sócio-sexual aparentemente rígido, o *patriarcalismo*. Tendo no horizonte marcadores sociais de diferença² como gênero, sexualidade e geração, procurarei delimitar em que medida foi possível à Chiquinha e seu companheiro preservar uma imagem pública – necessária à manutenção do *status* da compositora e de seu capital social – mas também manter uma união afetiva que durou mais de três décadas. Em poucas palavras: como se equacionam tais marcadores, ao longo dessa trajetória específica, com a rede de relações sociais a qual Chiquinha estava inserida, e como essa equação pôde ser mobilizada por ela em seu benefício próprio? Não quero com isso restaurar a validade heurística do *Homo aeconomicus* e insinuar que tudo se passou de maneira absolutamente consciente e racional para ambos, mas quero sim, afirmar

² Convencionou-se chamar de “marcadores sociais da diferença” certos domínios da experiência social (e pessoal) circunscritos pelas diferenciações de gênero, raça, sexualidade, geração, religiosidade, etc. São peças fundamentais no processo de criação de identidades e, por isso mesmo, alvo de debates políticos e movimentos sociais, mas ao mesmo tempo, são constituintes da subjetividade humana. Separados apenas metodologicamente, tais marcadores integram a essência mesma da experiência e só fazem sentido, tanto para quem os porta quanto para quem os estuda, se entendidos em *intersecção*, isto é, como uma espécie de grade de leitura de si e do mundo.



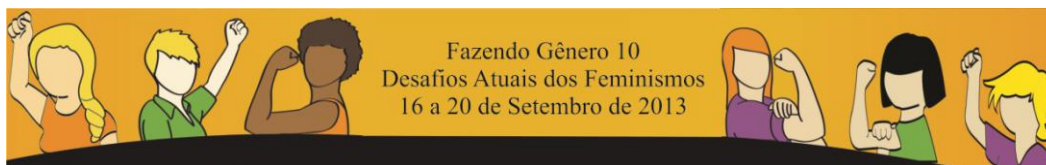
que o êxito de tal relacionamento implicou numa estratégia afinada com os valores morais de um determinado grupo na sociedade carioca do entresséculos, ainda que para rejeitá-los.

Mães

Primeiramente, é preciso dizer que Chiquinha Gonzaga não *adotou* de fato João Batista Fernandes Lage. A adoção enquanto procedimento jurídico foi instituída no Código Civil brasileiro somente em 1917 – 18 anos depois, portanto, do início do relacionamento dos dois –, mas tal medida não impediu que antes a prática de criar crianças as quais não se tivesse dado a luz fosse algo impensável, ou, também, que a partir desta data em diante todas as adoções tivessem passado necessariamente pelas autoridades oficiais. A “adoção à brasileira” (FONSECA, 2012, p.16) foi uma medida amplamente empregada na qual era preciso não mais do que duas testemunhas para atestar perante um tabelião a legitimidade biológica entre um adulto e uma criança. E indo além do âmbito legal podemos ver que a circulação de menores consistia em estratégias de criação elaboradas majoritariamente por pessoas de classes sociais desprivilegiadas, em que crianças eram socializadas “através de uma extensa rede de vizinhança e parentela” (VENÂNCIO, 1997, p.202) não permanecendo restritas, portanto, ao núcleo familiar. Dessa forma, minha acepção do termo cinge significações simbólicas e não legais. É a assunção de uma conduta pública de mãe, no que ela implica a mais fina gestualidade: o olhar, o toque, os nomes. Todas elas, coisas conformadas socialmente e, justamente por isso, variáveis segundo a posição dos personagens dessa relação.

Parece questionável, então, a afirmação de que um tipo de família tenha prevalecido no Brasil não apenas como valor hegemônico, mas também enquanto realidade estatística. O patriarcalismo, enquanto forma de organização das relações sociais públicas e privadas, na qual o homem regia os negócios e provia materialmente a família e a mulher gerava uma extensa prole, habita certo imaginário historiográfico que precisa ser problematizado: será mesmo que a realidade brasileira estava ajustada a esta distinção tão nítida entre papéis de gênero (e idade) e uso do espaço? Será que uma sociedade tão estratificada quanto a carioca do entresséculos não abrigava múltiplas configurações familiares? Tais dúvidas nos são caras por permitirem pensarmos formas alternativas de experiência familiar e, por conseguinte, possibilidades de trânsito individual entre tais formas.

Mariza Corrêa, em “Repensando a família patriarcal brasileira”, problematiza, com base numa breve, porém sólida, reconstituição histórica dos primeiros séculos do colonialismo, o conceito de família patriarcal enquanto correspondente a um modelo totalizante que compreendesse



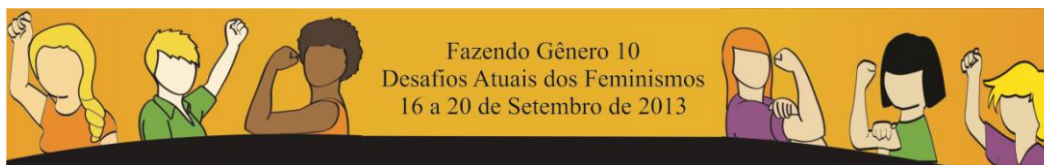
a realidade brasileira, e mais, que impusesse à mesma um parâmetro normatizador, sendo taxado de “desviante” tudo que lhe escapasse. Ela retoma o clássico *Casa-grande e Senzala* para discutir as limitações que o modelo de Gilberto Freyre impõe a uma análise dos sistemas de organização familiar brasileiros. Segundo ela, a visão do autor explicita “apenas as extensões dos dois pólos a que reduz a sociedade colonial brasileira – a casa grande e a senzala, o senhor e o escravo...” (CORRÊA, 1993, p. 24). Calçado em uma realidade elitista estritamente pernambucana, o autor busca nessas oposições a lógica de um esquema sociológico cuja validade se alargaria tanto no tempo (dos séculos XVI ao XIX) quanto no espaço (o território brasileiro), no entanto, se consultarmos outras fontes históricas³, vemos que, além da multiplicidade de atividades econômicas as quais se tinha notícia, havia arranjos sociais e familiares que, longe de serem considerados esparsos e excepcionais, contradiziam o sistema familiar patriarcal.

Não duvido que o sistema colonial no Brasil tenha engendrado formas de socialidade patriarcal, em que ao homem cabia de fato um poder decisório muito diferente do da mulher (enquanto ele administrava o cultivo das terras e dos escravos da lavoura, ela atinha-se ao cotidiano da casa-grande, à tarefa da manutenção do lar ou simplesmente ao ócio tedioso). Nem duvido da sedução do argumento de Freyre ao falar do “sistema cultural da escravidão” e da dinâmica interna da casa-grande, mas, como diz Mariza Corrêa “A ‘família patriarcal’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira” (idem, *ibidem*, p. 27).

Não foi devido ao declínio da casa-grande e à decadência da antiga “majestade dos tempos coloniais” (FREYRE, 2003, p.101) que ocorreu o sepultamento do patriarcalismo, dando lugar a outros tipos de organização familiar no interior de uma urbanização incipiente: a diversidade já estava lá desde o início, corporificada na imagem dos “homens livres e pobres” cujas condições de existência se deveram às formas parciais de ocupação do solo pelos donos das sesmarias (FRANCO, 1997); distantes da grande propriedade rural e do ideal de “ordem” postulado tanto pelas elites quanto pelos teóricos que depois se detiveram sobre estes assuntos, estes integraram uma “maioria minoritária” emudecida e invisível, mas que já constituía formas de organização social alternativas àquelas dos grandes engenhos.

Novamente Claudia Fonseca, no artigo intitulado “Ser mulher, mãe e pobre” nos fornece a caução histórica necessária para se perceber as diferentes dinâmicas familiares em jogo em uma época da história do Brasil notoriamente conhecida por seu “respeito às tradições” e a sua

³Algumas delas são as *Denúncias* e as *Confissões do Santo Ofício*, documentos produzidos ambos ainda no final do século XVI.



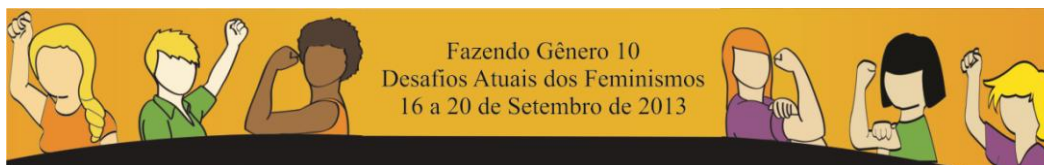
homogeneidade moral acerca da divisão dos espaços públicos e privados. Partindo de documentos que evidenciam a luta judicial pela guarda de filhos entre pais litigiosos, a antropóloga mostra como a questão do trabalho estava longe de cingir apenas o universo masculino. O interessante argumento de Fonseca está assentado no fato de que, devido à “incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego” (FONSECA, 1997, p.515) algumas mulheres eram deixadas em estado de abandono, e não lhes restava alternativa a não ser trabalhar, desenvolvendo atividades como a manufatura e venda de alimentos, auxílio em pequenos estabelecimentos comerciais, etc. Note-se bem que se tratava de mulheres de classes sociais baixas, isto é, aquelas que dependiam exclusivamente da oferta da força de trabalho para subsistirem materialmente.

A norma “oficial” que posicionava despoticamente a mulher dentro do claustro domiciliar, fazendo-a ocupar-se de pequenos afazeres domésticos enquanto seus maridos garantiam o sustento da família, tratava-se, segundo Fonseca, de uma estereotipia calcada em valores da *elite colonial* estando, portanto, longe de refletir a realidade social heterogênea do fim do império. O que é interessante também é a atenção dada pela autora às questões de desquite e separações conjugais entre homens e mulheres (que se davam todas oficiosamente, uma vez que o direito ao divórcio ainda estavam distante nos horizontes legais do Brasil). Afastando-se da visão redutora da vitimização feminina, ela mostra que “nem todas as mulheres eram vítimas. Elas também ‘abandonavam’ o lar, mudando de cidade para [...] desafiar a autoridade do marido ou, simplesmente, para escapar à violência doméstica” (idem, *ibidem*, p.517).

É neste contexto fluido e complexo que se encaixam nossos amantes. Por um lado, há Chiquinha: no início do século ela já era uma reconhecida compositora e maestrina⁴, tendo realizado parcerias com pessoas ilustres como Antonio Callado, Henrique Alves Mesquita, Viriato Corrêa, Arthur Azevedo e muitos outros (todos homens). Não era simplesmente uma dama circulando entre os chorões, era um deles. Por outro, há João Batista, nascido em Portugal, mas vivendo no Rio de Janeiro desde pequeno com um irmão mais velho. Músico amador, ele começa a frequentar o Clube Euterpe, o qual Chiquinha Gonzaga era sócia honorária e que “agrupava rapazes interessados em música, organizava concertos e *soirées* literomusicais...” (DINIZ, 1984, p.152). Em 1899 há o encontro. E logo de um flerte contido, que pouco deixava escapar de uma intimidade ainda nova⁵, unem-se os dois, mas somente em 1901 o relacionamento adquire os contornos

⁴ Sua estreia como regente de uma orquestra ocorreu em abril de 1885, no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro. A peça, cuja partitura foi assinada pela própria, era “A filha do Guedes”, apresentada pela Companhia Dias Braga (BÔSCOLI, 1978, p.42).

⁵ Dos pouquíssimos indícios documentais que Edinha Diniz encontra acerca de tal flerte um deles é a partitura de “Desejos”, de Chiquinha para João Batista, em que há uma dedicatória muito singela ao “estimado colega”.



ambíguos da maternidade, quando, voltando de uma viagem a Portugal, Chiquinha declara-se publicamente mãe de João Batista.

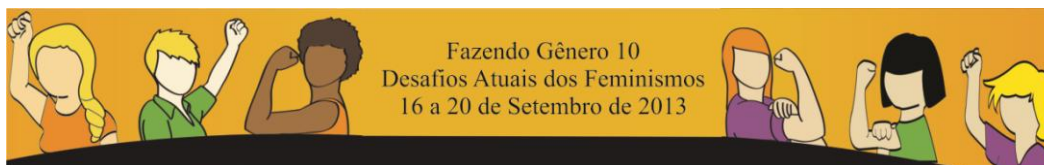
“Desejos”

Mas por que chamar de “filho” o amante? De onde emerge a necessidade de tal travestismo? Nesse ponto, Diniz é categórica:

“Se a moral da época não era capaz de compreendê-la, a *maturidade lhe assegurava um alibi perfeito*. O mascaramento da situação através da maturidade era uma saída perfeitamente aceitável aos padrões da moralidade pública reinante. Atendia a uma exigência das normas sociais e preservava a sua vida íntima, se não da curiosidade, ao menos da desaprovação” (2009, p.191, grifos meus).

Embora Diniz não se debruce na natureza de tais normas sociais e de que modo elas agiram constringendo pessoas e exigindo-lhes condutas morais específicas, ela aponta para um caminho que julgo ser paralelo ao meu. É certo que a relação entre os dois não contou apenas com o *mascaramento silencioso do licencioso* para ter êxito, mas sim com aquilo indicado na citação pelos grifos. Segundo Guita Debert, na fase “pré-moderna”, isto é, aquela que antecederia o regime industrial fordista, “a idade cronológica [seria] menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder” (2010, p.58), isto significa que os significados simbólicos acerca da sexualidade, além de serem diferentes em homens e mulheres, estavam dados no arranjo das relações sociais dentro da família, e cada papel específico recaiam conotações determinadas. Aos adultos “saudáveis”, o direito ao sexo, contanto que com fins à reprodução; às crianças e velhos, a interdição moral.

Esse “álibi perfeito” proporcionado pela maturidade é a corporalização de leis morais que regiram a vida de mulheres como Chiquinha Gonzaga, e foi a partir de um fino dispositivo meticulosamente constituído ao longo da história que se pôde vincular – sem maiores problemas – à imagem de uma senhora em determinada etapa de sua vida o apagamento da sexualidade. Já mãe e avó, alguém como Chiquinha provavelmente causaria espanto se demonstrasse desejo sexual por alguém, e mais espanto ainda se esse alguém lhe retribuísse na mesma medida. Talvez fosse com essa condição desfavorável em mente – e os problemas que sua revelação causaria – que Chiquinha e João Batista articularam-se em segredo e investiram sua relação, na esfera pública, de uma performance que os conformasse à moral vigente nos círculos pelos quais orbitavam.



Foram várias as instituições que tratavam de converter esse “espanto” em epistemologia e a mulher⁶ em objeto de um novo campo de saberes. Entre elas está a Psiquiatria, que se consolida no Brasil a partir da década de 1880, adquirindo legitimidade plena ainda nos primeiros anos da República. Operando a partir de conceitos dicotômicos como normalidade e patologia, a psiquiatria tratou de delinear um quadro no qual a figura da mulher pudesse ser confortavelmente alocada de acordo com a apresentação (ou não) de características desviantes: distúrbios erótico-afetivos, histerias, transtornos maníaco-depressivos, etc., todos eles ligados principalmente à questão da sexualidade feminina e seus mistérios. Magali Engel aponta para o papel o qual se incumbiu o saber/poder psiquiátrico em construir uma imagem da feminilidade em oposição à masculina, alocando esta à dimensão da cultura e aquela à dimensão da natureza.⁷

“A construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais” (ENGEL, 1997, p.334).

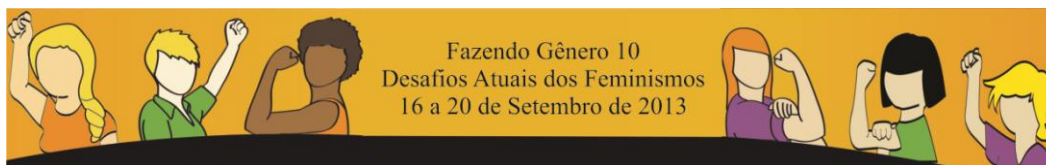
Uma vez situada no domínio obscuro e holista da natureza, onde predominaria a força do instinto e a aleatoriedade dos comportamentos, era necessário um conjunto de medidas corretivas extremamente rígidas que assegurassem os papéis socialmente delegados às mulheres, e que pudessem gerir, sob a égide da normalidade, o arrazoado caótico de atributos positivos e negativos intrínsecos a essa natureza feminina que estava sendo meticulosamente inventada.

A proliferação desses discursos, interessados em capturar e conter as “classes perigosas” (McCLINTOCK, 2011) corresponde ao surgimento da mentalidade burguesa e sua fixação enquanto pensamento hegemônico. Personagem dessa reorganização das vivências familiares e domésticas está a “mulher burguesa”: como demonstra Maria Ângela D’Incao (1997), ela passaria a ser marcada pela valorização da intimidade e da *maternidade*, principal e mais nobre tarefa desse novo *ethos* feminino dos estratos médios e altos⁸. Além de ser um atributo exclusivo a sua fisiologia, a procriação adquirira um papel eminentemente social na ideologia positivista de então. Uma nação sã precisava de mães sãs e muitos filhos. Tantos que, para fazer jus ao “fardo honroso”

⁶ Com a palavra “mulher” quero designar aqui não qualquer tipo de mulher, mas principalmente aquelas oriundas de classes privilegiadas, mais familiarizadas com o discurso médico-científico e potenciais pacientes dos consultórios e manicômios.

⁷ Essa categorização psiquiátrica exposta e defendida pela autora é, contudo, problemática. Situar o masculino na dimensão cultural, onde predominaria a razão e o autocontrole, seria silenciar um discurso referente à sexualidade masculina enquanto uma incontrolável força do “instinto” que se sobreporia a da mulher, mas, no entanto, não considerada uma patologia.

⁸ Também Gilberto Freyre nota os valores morais que transbordam desse corpo materno: “Esse papel social de estabilizadora ou fixadora de valores, da mulher, na formação brasileira, como que se acha simbolizado pela especialização acentuada do seu corpo em corpo de mãe” (2003, p.219).



que a sociedade unilateralmente lhe impunha, o corpo dessas jovens mães rapidamente encontrava a decrepitude, e a velhice prematura lhes arrebatava como uma visita inesperada na soleira de seus lúgubres sobrados.

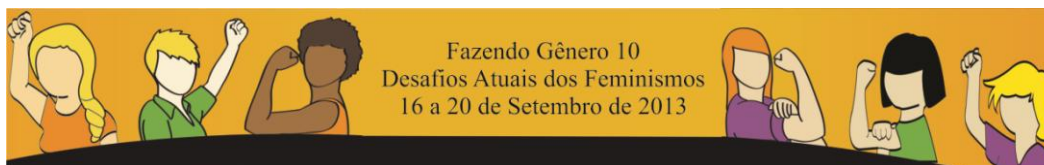
A maternidade também se coloca como um obstáculo a algumas mulheres que viam em outros tipos de atividade – que não parir – possibilidades de satisfação pessoal. A desqualificação da mulher enquanto “incapaz” de exercer certas funções, como “irracional” e “movidada pelos sentimentos” (o que levou a eufemização brutal do “sexo frágil” ou “belo sexo”) aparecia renitentemente não só entre conversas informais ou sermões religiosos. Este imaginário, que já era antigo quando surgiram as primeiras fábricas, foi responsável pela implementação de medidas pragmáticas que determinaram novos modos de socialidade durante o Segundo Império e a Primeira República. Tais medidas incidiam tanto sobre o corpo quanto sobre a *psique* feminina. As questões envolvendo “os perigos que rondavam a excessiva intelectualização da mulher” (SIMIONI, 2008, p.14) adquirem uma nova perspectiva ao longo do século XIX, quando a medicina social passa a se estabelecer enquanto um campo de saberes autônomo e especializado em diversos países europeus, o que posteriormente ocorreu também no Brasil. A partir daí o discurso médico propôs-se a oferecer *soluções* de caráter científico para o nebuloso problema da feminilidade. Os profissionais da época

“acreditavam que, em virtude destas possuírem órgãos reprodutivos distintos (ovários e úteros), os quais competiam com as atividades do cérebro, [as mulheres] eram menos dotadas para as atividades intelectuais e criativas, mas eram superiores no que tange às aptidões necessárias para a reprodução da espécie” (SIMIONI, 2008, p.22).

Com isso, logo se vê que o enaltecimento de valores morais como a maternidade integrava um dispositivo social – o qual Michel Foucault sinaliza em *A vontade de saber* (2007) – que tinha por objetivo o controle de uma população cujo tamanho aumentava exponencialmente (suas dimensões, composição e fluxos), mas que também agia individualmente sobre o corpo e a sexualidade dessas mulheres que, cativas das novas categorias clínicas, sucumbiam às histerias e às doenças de nervos.

Trânsitos

Talvez mais do que a “sociedade” carioca do entresséculos, a historiografia tenha sido injusta com as mulheres. Primeiramente, ao reduzi-las ao singular – *mulher* – dando a entender que, de algum lugar que só elas conheciam, se forjasse uma identidade a qual só elas aspirassem. Depois, dizer que às mesmas mulheres (quem são, afinal?) couberam todas as sanções de uma ordem patriarcal repressora. Se assim o fosse, do interior dessa jaula androcentrada Chiquinha explodiria



com seu “pioneirismo insuspeito”, infinitamente inconformada com os valores de sua época e lugar, encarnando em si própria um “protofeminismo” do qual ela – e um outro punhado de “mulheres excepcionais” – foi a genitora.

Um modo melhor de lhe fazer justiça, acredito, é retirá-la desse contexto rígido em que só há espaço para trânsito se for sob a égide da ruptura espetaculosa (da qual a música é mero combustível sublimador) e situá-la num quadro no qual ela é um pigmento de aquarela exposto num dia de chuva: incapaz de ultrapassar a moldura, ela pode, contudo, mover-se. Deve escolher seu caminho, ainda que seja levada, às vezes, pela imponderabilidade das nuvens e da precipitação. Ou também – e talvez essa imagem seja mais apropriada ao nosso caso – ela pode ser uma nota numa partitura, podendo variar sua duração, sua altura e sua frequência, ainda que restrita às linhas e espaços da pauta.

Com isso, procuro sugerir que tanto a moldura quanto o pentagrama correspondem a constrangimentos e injunções de ordem estrutural, dados pela conformação de certos valores e práticas sociais histórica e culturalmente situados, mas que, no entanto, não foram capazes de levar à vida de Chiquinha Gonzaga – e de outras mulheres – a um engessamento total. Como a aquarela ou a semicolcheia, ela transita de forma mais ou menos consciente por esses espaços – físicos e simbólicos – e consegue fazê-lo justamente pela heterogeneidade dos mesmos. São várias maneiras de ser mulher e Chiquinha figura uma delas. Se ela conseguiu, como dizem suas biógrafas e biógrafos, “vencer” em uma sociedade machista (afirmação que contradiz a carta de 16 de janeiro) não foi porque sua personalidade única teve força o suficiente para transpor os obstáculos da moral caduca oitocentista; “nas margens”, como diz Natalie Davis (1995), é que estão esboçadas as condições para as pequenas subversões.

Referências

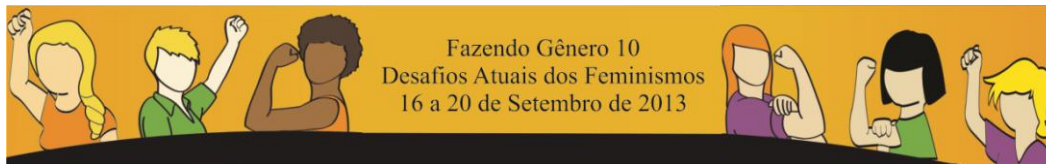
ANDRADE, Mário de. “Chiquinha Gonzaga”. In: *Musica doce musica*. Martins Fontes Editora. 1963.

BÔSCOLI, Geysa. *A pioneira Chiquinha Gonzaga*. Departamento de Imprensa. Natal. 1978.

CORRÊA, Mariza. “Revendo a família patriarcal brasileira”. In: *Colcha de retalhos*. Brasiliense. São Paulo. 1982.

DAVIS, Natalie Zemon. *Women on the margins: three seventeenth-century lives*. Harvard University Press. Cambridge. 1995.

DEBERT, Guita Grin. “A dissolução da vida adulta e a juventude como valor”. *Horizontes antropológicos*. 34(2). Porto Alegre. 2010.



D'INCAO, Maria Ângela: "Mulher e família burguesa" In: Mary Del Priore (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1997.

DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2009.

_____. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rosa dos ventos. Rio de Janeiro. 1984.

ENGEL, Magali. "Psiquiatria e feminilidade" In: Mary Del Priore (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1997.

FRANCO, Marua Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Unesp. São Paulo. 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo. Record. 2003.

FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1997.

_____. "Mães 'abandonantes': fragmentos de uma história silenciada". *Revista de Estudos Feministas*. 20(1). Janeiro-Abril. Florianópolis. 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Graal. São Paulo. 2007.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*. Unicamp. Campinas. 2011.

PONTES, Heloisa. *Intérpretes da metrópole*. Edusp. São Paulo. 2010.

SIMIONI, Ana Paula. *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. Edusp. São Paulo. 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Maternidade negada". In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1997.

Compositions beyond music: Chiquinha Gonzaga and the adopted lover

Abstract: This paper starts from the intergenerational relationship between the composer Chiquinha Gonzaga and João Batista Fernandes Lage, her last life partner and foster child, with the attempt to investigate the symbolic negotiations managed by both before the carioca society. Afraid that this sort of attitude would endanger the prestige of a established carrer, Chiquinha Gonzaga, at the age of 52, adopted her partner, 16, now named João Batista Gonzaga. Keeping in mind the intersections between markers of differenceas gender, social class and age, this work analyses how certain social roles (the wife and the mother) define as the same time that are defined by the historic process of cronologization of life, in which can be found legitimated forms of the constitution of the body and sexuality. In this sense, Chiquinha Gonzaga and João Bastista's case is interesting for it renders problematic those constructions.

Keywords: Chiquinha Gonzaga. Gender. Sexuality. Intergenerational relations.